

Processo: **00016-2009-000-10-00-4 AR** (Acórdão 1ª Seção Especializada)
Origem: TRT
Relatora: Desembargadora Márcia Mazoni Cúrcio Ribeiro
Revisor: Juiz Paulo Henrique Blair
Julgado em: **18/11/2009**
Publicado em: **03-Dez-2009**
Autor: Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro
Advogado: Nilton da Silva Correia
Réu: Ministério Público do Trabalho (Prt 10ª Região)
Advogado: Ludmila Reis Brito Lopes

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargadora Márcia Mazoni Cúrcio Ribeiro**

EMENTA

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. INEXISTÊNCIA. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Consoante ensinamentos doutrinários, patenteia-se a violação literal de lei na decisão que contenha afirmativa contrária ao texto expresso da norma. Na hipótese vertente, inexistente literal ofensa aos dispositivos legais e constitucionais apresentados pelo autor, uma vez que inexistente a propalada nulidade por ausência de citação de litisconsortes, ao passo que os empregados eventualmente atingidos pelo ato administrativo tido como nulo pelo acórdão rescindendo não são parte no processo, nem litisconsortes necessários. **Além disso, o art. 16 da Lei nº 7.347, de 1985, prevê o efeito erga omnes da sentença proferida em ação civil pública, o que afasta a necessidade de que todos os interessados fossem citados, providência essa que acabaria por inviabilizar o princípio que norteia a previsão das ações coletivas.** **AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. INEXISTÊNCIA. PRESCRIÇÃO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** Demonstrado, mediante a confirmação do acórdão rescindendo, pelo col. TST e pelo julgamento do AIRR - 1188/2004-662-04-40.3, que a pretensão rescisória esbarra no teor das Súmulas nº 343 do excelso STF e 83 do colendo TST, já que controvertida a incidência da prescrição quinquenal no âmbito da ação civil pública. Por outro norte, considerando que apenas em 11/9/1995 é que o Ministério Público reuniu as condições para a propositura da ação civil pública ajuizada em 22/10/1998, não há de se falar em consumação da prescrição quinquenal.